



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA  
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



## PARECER JURÍDICO N. ° 19/2026

**Ementa:** Contrato administrativo. 1º Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços n° 04/2025, que tem como objeto a prestação de serviços de implantação de software. Legislação aplicável n. ° 14.133/2021. Legalidade.

**INTERESSADO:** CRF/SE

**PROCESSO:** 04/2025

**OBJETO:** 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 04/2025, FIRMADO COM A EMPRESA RM SUPPLIES TECNOLOGIA LTDA

Trata-se de parecer jurídico acerca da viabilidade jurídica de aditar o contrato de prestação de serviços n.º 02/2025, firmado com a empresa **RM SUPPLIES TECNOLOGIA LTDA (CNPJ n.º 22.310.432/0001-31)**, visando à prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, com a aplicação de reajuste no valor mensal contratado, nos termos previstos no instrumento contratual, permanecendo inalteradas as demais cláusulas pactuadas.

O objeto do contrato originário é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação de software para gerenciamento e atendimento automatizado ao público por meio da ferramenta whatsapp, em tempo real, (chat boot e aplicativos de mensagem instantânea), para atender às necessidades do CRF/SE, conforme estabelecido no processo administrativo n.º 04/2025.

Acostam ao respectivo processo:

- a) Solicitação de renovação contratual com a devida justificativa;
- b) Despacho do Presidente para autorizando a formalização do processo de renovação;
- c) Disponibilidade orçamentária;
- d) Pesquisa de preços;
- e) Proposta orçamentária;
- f) Despacho da comissão de licitação;
- g) Minuta de 1º termo aditivo.



Salienta-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos exclusivamente jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica, inclusive quanto ao detalhamento do objeto do ajuste, suas características, requisitos e especificações.

Pretende-se aditar, por mais 12 (doze) meses o contrato originário, com aplicação do reajuste no valor pactuado, mantendo-se inalterados os demais termos da contratação.

O preço mensal do contrato, com o reajuste a ser fixado, passará a ser R\$ 1.867,84 perfazendo o valor anual R\$ 22.414,08. Ressalte-se que a previsão contratual de reajuste do valor está estabelecida na Cláusula 7ª do contrato n.º 04/2025.

Sobre a questão, assim dispõe os artigos 106 a 108 da Lei n.º 14.133/21:

*Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:*

*I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;*

*II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;*

*III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

*§ 1º A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.*

*§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.*

*Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a*



*negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.*

*Art. 108. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 10 (dez) anos nas hipóteses previstas nas alíneas “f” e “g” do inciso IV e nos incisos V, VI, XII e XVI do caput do art. 75 desta Lei.*

Tratando-se de serviços considerados contínuos, e conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, externado no Acórdão nº 766/2010, as características necessárias para que um serviço seja considerado contínuo são: (i) essencialidade; (ii) execução de forma contínua; (iii) de longa duração; e (iv) possibilidade de que o fracionamento em períodos venha a prejudicar a execução do serviço.

A essencialidade do serviço como requisito para configurá-lo como contínuo deve ser vista *cum grano salis*, já que não é a importância do serviço em si, mas a necessidade permanente e contínua da Administração a ser satisfeita com a prestação do serviço que o qualifica como contínuo.

Assim, pode-se afirmar que o que caracteriza a continuidade de um determinado serviço é seu caráter de assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou manter o funcionamento das atividades do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional (Em sentido próximo: TCU - Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara).

Tendo a Administração classificado o presente serviço como continuado, é possível proceder a análise da presente prorrogação e do reajuste. A adoção da prorrogação relaciona-se com dois motivos preponderantes.

O primeiro consiste na inconveniência da suspensão das atividades de atendimento ao interesse público. A demanda permanente de atuação do particular produziria uma espécie de trauma na transição de um contrato para outro. Se a contratação fosse pactuada por períodos curtos, haveria ampliação do risco de problemas na contratação posterior. Isso



significaria, ademais, o constrangimento à realização de licitação permanentemente. Acabaria por multiplicar-se o custo da Administração (JUSTEN FILHO, Marçal. Op. cit. Pp. 485-6).

O segundo motivo é o da previsibilidade de recursos orçamentários. A lei presume a disponibilidade de recursos para custeio dos encargos contratuais. Tanto mais porque os contratos de prestação de serviços não usam montar a valores que possam afetar as disponibilidades orçamentárias.

No que diz respeito à demonstração da vantajosidade na prorrogação de prazo do contrato, convém mencionar o entendimento da ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no PARECER n. 00001/2019/DECOR/CGU/AGU:

26. Mesmo numa perspectiva burocrática, podemos concluir que o requisito legal para que seja dado azo à prorrogação é certa "vantajosidade" na continuidade da relação contratual. Neste ponto, ressalte-se: em momento algum a Lei impõe a realização de pesquisa de preços como condição para a prorrogação de um contrato de serviço contínuo; a exigência deste procedimento foi instrumentalmente definida, pela praxe administrativa, como uma forma de identificação da vantajosidade exigida pelo legislador. Vale ainda acrescentar que a vantagem que justifica a prorrogação não se resume ao aspecto econômico ou financeiro, sendo possível e pertinente a avaliação de outras vantagens geradas (como o histórico de boa execução contratual), legitimadoras do ato de renovação.

27. Nesse diapasão, a realização de pesquisa de preços não é uma exigência legal, mas sim uma rotina estabelecida pela praxe administrativa com a finalidade de identificação da vantajosidade econômica de renovação contratual.

Some-se a isso, a manifestação positiva da contratada a respeito do interesse em prorrogar o contrato em tela. E como já pontuado há também o interesse do CRF/SE na manutenção da avença e favorável à prorrogação contratual e a devida justificativa da necessidade de prorrogação do contrato, bem como pela aplicação do reajuste no valor pactuado, nos termos previstos contratualmente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA  
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



A contratada manifesta concordância aos termos do ajuste contratual. Aos autos foram juntados documentos que comprovam as condições iniciais de habilitação da contratada e sua regularidade, fiscal e trabalhista.

No que diz respeito à alocação de recursos orçamentários, é necessário observar que a contratação somente poderá ser realizada mediante a devida indicação dos créditos orçamentários destinados ao pagamento das parcelas contratuais.

Sobre a questão, assim dispõe o art. 150 da Lei nº 14.133/2021:

*Art. 150. Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.*

Nesse sentido, verifica-se nos autos a existência de declaração de disponibilidade orçamentária, estando o valor da despesa devidamente empenhado, em conformidade com o dispositivo legal citado.

**EX POSITIS**, considerando os argumentos acima elencados e aliados aos preceitos legais aplicáveis a espécie, opinamos pela **VIABILIDADE JURÍDICA** de ser firmado o 1º Termo Aditivo ao Contrato n.º 05/2025, celebrado com a empresa **RM SUPPLIES TECNOLOGIA LTDA (CNPJ 22.310.432/0001-31)**.

Ressalvando, por fim, que a veracidade dos fatos e documentos constantes nos autos é de inteira responsabilidade dos agentes que os firmaram.

Sendo esse o Parecer, S.M.J.

Aracaju/SE, 18 de maio de 2026.

**Patrícia de Moura Melo**  
Advogada do CRF/SE  
OAB/SE 4.586